

Debate econômico visa a realidade pós-eleitoral

ARNOLFO

CARVALHO

O debate nacional em torno da reforma tributária, proposto na semana passada pelo ministro Ernesto Galvões, da Fazenda, poderá servir também para o questionamento da atual política econômica e, provavelmente, para a preparação de um novo pacto entre governo e empresas, mais condizente com a situação política que decorrerá das eleições de novembro.

Questões como a taxação dos lucros bancários, altas taxas de juros, descapitalização da empresa nacional e redistribuição de responsabilidades entre os Municípios, os Estados e a União, entre outras, deverão estar condicionadas aos resultados esperados nas urnas e, consequentemente, a uma nova realidade a impor uma reformulação da política econômica atual.

Apesar da urgência dessa reformulação, nada indica que ela virá antes das eleições deste ano: primeiro, porque mais uma vez o governo tentará a todo custo cumprir a programação monetária preparada para 1982, para não correr o risco de mudanças de curso apressadas; e, segundo, porque existe uma íntima relação entre o projeto político da abertura e a estratégia da política econômica.

CRISE ECONÔMICA

Até agora o país tem assistido ao desenrolar de um "diálogo político" que não corresponde, ainda, à sua contrapartida natural que seria o amplo debate nacional em torno da política econômica. No entanto, se não há exatamente um "descontentamento latente" por parte do empresariado brasileiro, hoje em dia, existe pelo menos um grau inaceitável de atrito de interesses, entre o Estado e as empresas privadas.

Deixando de lado, apenas por questão de método, a urgência de um novo pacto social (a começar pelas relações entre capital e trabalho), nota-se claramente

peso da política salarial sobre a inflação, envolvendo os três vértices do pacto sócio-econômico — trabalhadores, empresas e Estado — num emaranhado de confusões que, se existissem canais atualizados de comunicação, não deveria ter lugar no momento de transição em que vive a nação atualmente.

Os ministros da área econômica apontam a participação relativa da política salarial (baseada em reajustes semestrais acompanhando o INPC) na realimentação da espiral inflacionária e, em consequência, o Ministério do Trabalho reage quase emocionalmente — ou melhor, reage politicamente e reafirma que a culpa pela inflação não pode ser creditada aos salários. Na verdade, ambos os segmentos do Estado sabem que o problema não é essa contradição entre os gastos das empresas com mão-de-obra e o custo final do produto no mercado.

SEM FOLGA

Estivessem as empresas mais folgadas em termos de caixa, os gastos com mão-de-obra poderiam até ser aumentados contanto que não fossem obrigadas a destinar boa parte de seu capital ao pagamento de encargos financeiros — e, no entanto, isso não provocaria sobre a inflação nenhum impacto que não pudesse ser absorvido naturalmente pelos mecanismos de autocorreção que o país já possui, uma vez que o próprio aumento na produção se encarregaria de aliviar a pressão sobre a inflação.

Não adiantam explicações técnicas sobre o custo do dinheiro, atualmente — como decorrência de altas taxas no exterior e da necessidade de se captar US\$ 15 bilhões junto aos bancos estrangeiros —, como não resolve discutir se a política salarial é ou não causa de inflação: o problema da economia brasileira é a dependência excessiva da poupança internacional, e a baixa produtividade interliga as empresas.

que a "estratégia da improvisação" em matéria de política econômica não se sustentará por muito tempo, após as eleições de novembro. Os sucessivos choques do petróleo e a recessão nos países desenvolvidos tem marcado a formulação da política econômica brasileira, impedindo que se chegasse a uma estratégia econômica coerente, que não desse lugar aos constantes impasses.

Mas o atual momento trouxe à tona velhos problemas de "comunicação" entre o Estado e as empresas, no que se refere às prioridades econômicas nacionais e à forma de enfrentar os abalos externos sobre a economia brasileira. A questão das taxas de juros serve como ilustração: de uma situação de ingerência total do Estado sobre a economia, através do sistema de tabelamento dos juros, o país passou ao outro extremo há mais de ano, com as taxas livres simplesmente explodindo.

PEQUENOS

Em consequência, a escazez crônica de recursos dentro das empresas de pequeno e médio porte tornou-se ainda mais grave na medida em que a sobrecarga dos juros drena recursos — antes destinados em maior parte a novos investimentos na produção — para aumentar ainda mais a lucratividade do sistema não-productivo da economia, representado pelo segmento financeiro. Ao mesmo tempo, torna-se mais caro o custo do dinheiro interno, num círculo vicioso, devido à demanda reprimida pela contenção do crédito.

Acostumados a canais de participação bastante limitados no contexto político dos últimos tempos, as chamadas "classes empresariais" não têm condições imediatas para impor um novo relacionamento político com o Estado, de modo que se pode dizer com segurança que "a abertura ainda não chegou à economia" — ou, melhor, ainda não se estabeleceram estes novos canais no relacionamento entre governo e empresas, de forma como está a exigir a crise econômica enfrentada pelo país atualmente.

INFLAÇÃO E SALÁRIO

Exemplo dessa incompetência tem sido a questão do

MAIS PRODUÇÃO

Enquanto não se chegar a novas formas de comunicação entre o Estado e classe empresarial; mas condizentes com a realidade politicamente renovada, continuará a política econômica de tapar buracos — ou como queiram, a política econômica que não chega a ser uma "política", mas apenas uma maneira de improvisar pequenas soluções que, no máximo, conseguem atrasar as crises por algum tempo.

Não se pode dizer que a ineficácia se deve apenas à tecnocracia brasileira, mesmo porque exemplo de improvisação mais claro acaba de ser dado também pelo setor empresarial, com suas propostas de mais subsídios e incentivos à "capitalização" das empresas para se resolver o problema das taxas de juros: na prática, mais subsídios (em geral abocanhados principalmente pelas empresas mais "saudáveis") quer dizer mais gastos do Tesouro, mais pressão sobre o orçamento monetário e, consequentemente, maior expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e finalmente mais inflação a ser paga por todos os brasileiros.

PROGRAMAÇÃO

Para complicar a situação econômica, somente agora é que o país está buscando colocar em prática uma verdadeira programação de política monetária, que visa a eliminar o velho conceito de orçamento monetário tipo "orçamento de tapar buracos" no Tesouro Nacional. Conter a base monetária e os gastos públicos, para baixar a inflação, é uma fórmula técnica das mais difíceis num ano político e eleitoralmente estratégico como 1982.

E torna-se ainda mais difícil quando não existe um acordo social quanto as linhas básicas da política econômica como um todo, cujo ideal seja a redistribuição da renda em termos individuais e regionais e principalmente, o aumento da produção em todos os setores da economia — o que resolveria os problemas da inflação interna elevada e diminuiria a dependência externa do país (AC)